



Parecer Técnico n.º 14 de 2018
Projeto de Construção do Fórum
Trabalhista de Macaé (RJ)

Processo: CSJT-AvOb-9603-48.2017.5.90.0000

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Cidade sede: Rio de Janeiro (RJ)

Gestores Responsáveis: Fernando Antonio Zorzenon da Silva (Presidente)
Flávio Pires Ferreira Clementino (Diretor-Geral)

novembro/2018

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	ANÁLISE	4
2.1.	Verificação do processo de planejamento	4
2.1.1.	Plano Plurianual de Obras	4
2.1.2.	Planilha de Avaliação Técnica	4
2.2.	Verificação da regularidade do terreno	8
2.3.	Verificação dos estudos de viabilidade	9
2.4.	Verificação da aprovação do projeto junto aos órgãos públicos competentes	10
2.5.	Verificação das planilhas orçamentárias	11
2.5.1.	Existência de ART ou RRT	11
2.5.2.	Detalhamento da composição do BDI	11
2.5.3.	Compatibilidade das composições com o SINAPI ...	12
2.5.4.	Curva ABC	13
2.6.	Verificação da razoabilidade de custos	14
2.6.1.	Método da comparação dos custos	15
2.6.2.	Método percentual da avaliação, por etapa, dos custos da obra	16
2.6.3.	Método da avaliação de custos por metro quadrado de cada etapa da obra	17
2.6.4.	Método da proporção	18
2.6.5.	Método do SINAPI ajustado	19
2.6.6.	Método do CUB ajustado	20
2.7.	Verificação da divulgação das informações	22
2.8.	Verificação das áreas e da sua adequação aos referenciais dispostos na Resolução CSJT n.º 70/2010	23
2.9.	Verificação da existência de parecer da unidade de controle interno	25
3.	CONCLUSÃO	25
4.	PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	26



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. INTRODUÇÃO

Cuida-se de parecer técnico que visa opinar se o projeto de **Construção do Fórum Trabalhista de Macaé (RJ)** atende aos critérios da Resolução CSJT n.º 70/2010.

Para esse fim, o Tribunal Regional encaminhou à Coordenadoria de Controle e Auditoria (CCAUD/CSJT) correio eletrônico, de 24/10/2018, contendo a documentação relativa ao projeto.

Ressalte-se que a competência desta Coordenadoria para tal análise foi definida no art. 10 do mencionado normativo:

Resolução CSJT n.º 70/2010

Art. 10. Para subsidiar as decisões do CSJT, a Coordenadoria de Controle e Auditoria emitirá parecer técnico quanto à adequação de cada obra à presente Resolução.

Assim, com base na Resolução CSJT n.º 70/2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Decreto n.º 7.983/2013 e normativos correlatos, foram analisados os seguintes aspectos: planejamento, disponibilidade do terreno, resultado do estudo de viabilidade, aprovação pelos órgãos públicos competentes, definição de responsáveis técnicos, utilização e compatibilização com o SINAPI, detalhamento das composições de custo e de BDI, razoabilidade do custo, adequação aos referenciais de área e parecer conclusivo da Unidade de Controle Interno.

Tabela 1 - Recursos fiscalizados

PROJETO	VALOR DO ORÇAMENTO (R\$) (A)	DATA DO ORÇAMENTO	ÁREA A SER CONSTRUÍDA (m ²) (B)	ÁREA EQUIVALENTE (m ²) (C)	CUSTO POR m ² (AxC)
Construção do Fórum Trabalhista de Macaé	4.140.573,22	jul-18	840,82	2.094,94	1.976,46



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2. ANÁLISE

2.1. Verificação do processo de planejamento

2.1.1. Plano Plurianual de Obras

O art. 2º da Resolução CSJT n.º 70/2010 define Plano Plurianual de Obras como “documento aprovado pelo Pleno ou Órgão Especial do Tribunal que relaciona as obras necessárias à prestação jurisdicional, agrupadas pelo porte da obra, em ordem de prioridade”.

Nesse contexto, o Tribunal Regional apresentou o seu Plano Plurianual de Obras para o período de 2016 a 2019, aprovado pelo Tribunal Pleno em 1º/6/2017, por meio da Resolução Administrativa n.º 17/2018, conforme consta na Certidão emitida em referência ao Processo n.º 0004617-02.2016.5.01.0000.

2.1.2. Planilha de Avaliação Técnica

A Planilha de Avaliação Técnica serve de base para a confecção do Plano Plurianual de Obras e deve ser elaborada pelo Tribunal Regional de forma a aferir pontuações relacionadas a atributos do projeto em questão.

O art. 5º da Resolução CSJT n.º 70/2010 apresenta os critérios obrigatórios exigidos para a elaboração da Planilha de Avaliação Técnica, sob os seguintes termos:

Resolução CSJT n.º 70/2010

Art. 5º A Planilha de Avaliação Técnica conterà, obrigatoriamente, os seguintes critérios de avaliação, distribuídos nos dois conjuntos:

I - Conjunto 1 - são critérios de avaliação da estrutura física e funcional do imóvel atualmente ocupado, mediante pontuação da situação:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- a) *Da solidez das fundações e estruturas de concreto armado e protendido;*
 - b) *Do piso, da alvenaria, do acabamento, das esquadrias e da cobertura;*
 - c) *Das instalações elétricas, de ar condicionado, exaustão e ventilação, de telecomunicações, de aterramentos, de proteção contra descargas elétricas atmosféricas, de transporte vertical, de gás, de voz, de dados e congêneres;*
 - d) *Das instalações hidrossanitárias;*
 - e) *Da segurança (guaritas, grades, gradil, alarme, escadas de fuga, prevenção e combate a incêndio e congêneres);*
 - f) *Das condições de ergonomia, higiene e salubridade;*
 - g) *Da potencialidade de patologias da edificação (em função de sua idade e/ou do estado de conservação);*
 - h) *Da funcionalidade (setorização e articulação dos espaços);*
 - i) *Da acessibilidade, da localização, da interligação com os meios de transporte públicos e da disponibilidade de estacionamento;*
- II - Conjunto 2 - são critérios voltados à análise da adequação do imóvel à prestação jurisdicional, mediante a pontuação:*
- a) *Da alteração da estrutura administrativa do Tribunal, como a criação de novas varas, o aumento do número de magistrados e servidores e a ampliação de competências;*
 - b) *Da movimentação processual ao longo dos anos e a sua projeção para os próximos;*
 - c) *Da demanda da população atendida e o desenvolvimento econômico-social da região jurisdicionada;*
 - d) *Da política estratégica do Tribunal de substituição do uso de imóveis locados ou cedidos por próprios, com ênfase na adequação à prestação jurisdicional;*
 - e) *Da política estratégica do Tribunal de concentração ou dispersão de sua estrutura física em dada região;*
 - f) *Da disponibilidade do espaço atual em relação aos referenciais de área indicados pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho;*
 - g) *Da adoção de novas tecnologias (informática, eficiência energética, geração distribuída com fontes renováveis de energia, diretrizes de sustentabilidade, entre outras).*

Em relação ao Conjunto 1, as avaliações do Tribunal Regional contemplam os acabamentos, cobertura, instalações



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

elétricas, ar condicionado, telecomunicações, hidrossanitárias, segurança, funcionalidade e acessibilidade.

Esse conjunto de avaliações cercou quase todos os critérios exigidos pela aludida resolução, com exceção da alínea "a", que trata "Da solidez das fundações e estruturas de concreto armado e protendido".

No tocante ao 2º conjunto de critérios, que diz respeito à análise da adequação do imóvel à prestação jurisdicional, o Tribunal Regional encaminhou uma tabela contendo os resultados obtidos com a avaliação dos quesitos de criação de novas Varas, movimentação processual, desenvolvimento econômico-social, condição de propriedade do imóvel, concentração da estrutura física, disponibilidade de área da edificação e adoção de novas tecnologias.

Tais avaliações técnicas resultaram no Sistema de Priorização de Obras do Tribunal Regional, que inclui o projeto de Construção do Fórum Trabalhista de Macaé na 3ª posição.

2.1.3. Disponibilidade Orçamentária

Consta em despacho exarado pela Diretora da SOF/TRT Rio, Sra. Maria de Lourdes Pires Bittencourt, em 22/10/2018, que foi solicitada abertura de crédito especial no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) para o projeto de construção, que já está em tramitação no Congresso Nacional por meio do PLN n.º 31/2018.

O documento informa, ainda, que o orçamento que se destinará ao projeto já foi consignado ao Tribunal, por meio da LOA 2018, na ação Apreciação de Causas na Justiça do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Trabalho e, em razão de sobra orçamentária nesta, foi solicitada a transposição do orçamento para contemplar a totalidade da necessidade orçamentária para a obra em tela.

Quanto ao prazo de execução de 270 dias, considera-se muito baixo o risco de que a execução adentre o exercício financeiro de 2020, reduzindo a preocupação do não atendimento à Emenda Constitucional n.º 95/2016, que limitou as despesas primárias pagas da Justiça do Trabalho. Notadamente, a partir do exercício de 2020, essas limitações orçamentárias causarão impactos relevantes na capacidade de execução da obra.

O risco, mesmo muito baixo, é uma ameaça, uma possibilidade de que algo aconteça. Nesse sentido, em princípio, o Tribunal Regional deve adotar medidas para mitigar a chance de esse risco se materializar.

Nesses termos, compete ao TRT da 1ª Região formalizar e adotar uma gestão de riscos relacionada à execução do projeto de construção do Fórum de Macaé, a fim de garantir o sucesso da empreitada e o pagamento integral até o final do exercício financeiro de 2019.

Segundo o Manual de Gestão de Riscos da Controladoria-Geral da União, a gestão de riscos é concebida como a arquitetura (princípios, objetivos, estrutura, competências e processo) necessária para se gerenciar riscos eficazmente.

Conclusão da verificação do processo de planejamento

Item parcialmente cumprido.

Evidências



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- Plano Plurianual de Obras - Publicação no Diário Oficial de 22/6/2018;
- Certidão com aprovação do Plano Plurianual pelo Pleno;
- Planilha de Avaliação Técnica.

Proposta de encaminhamento

Determinar ao TRT da 1ª Região que:

- adote uma gestão de riscos para a execução do projeto de construção do Fórum Trabalhista de Macaé, considerando os aspectos orçamentário-financeiros à luz da Emenda Constitucional n.º 95/2016 e os técnico-operacionais relativos à arquitetura e engenharia.

2.2. Verificação da regularidade do terreno

O Tribunal Regional encaminhou cópia da Lei Municipal n.º 4079/2014, de 11/12/2014, que autorizou a Concessão de Direito Real de Uso, ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, de imóvel com área de 3.000 m², estipulando um prazo de 4 anos, a contar da data de celebração do Termo de Concessão, dia 18/12/2014, para edificar o novo Fórum da Justiça do Trabalho.

Apresentou, ainda, cadastro da SPIUnet, com informações da cessão do terreno pelo município de Macaé, além da certidão de registro de imóvel sob Matrícula n.º 5.688, de propriedade do município, com cessão ao Tribunal Regional.

Conclusão da verificação da regularidade do terreno

Item parcialmente cumprido.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Evidências

- Lei Municipal n.º 4079/2014;
- Termo de Concessão, de 18/12/2014;
- Cadastro do imóvel no SPIUnet
- Certidão do Cartório de Registro de Imóveis de Macaé.

Proposta de encaminhamento

Determinar ao TRT da 1ª Região que regularize a situação do terreno perante o Poder Legislativo Municipal, visando à dilação do prazo para a edificação previsto na Lei n.º 4.079/2014 (item 2.2).

2.3. Verificação dos estudos de viabilidade

O Tribunal Regional apresentou relatório de informações preliminares, elaborado pela empresa projetista, que descreveu as peculiaridades da localização e características geológicas do terreno e arredores.

Nesse documento, informou as características do terreno e das áreas vizinhas, que possui camada extensa de argila mole sob aterro, o que exige cuidados no projeto de fundações, podendo inviabilizar o empreendimento devido ao seu custo, dependendo do vulto do empreendimento.

Também encaminhou cópias do Laudo de Sondagem que ilustram as condições descritas no relatório referido.

O parecer técnico sobre a viabilidade construtiva apresentado, de autoria da equipe técnica responsável pelo projeto, afirmou que a construção deve ser projetada de forma a transmitir carga ao terreno no limite de suporte de fundações diretas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Conclusão da verificação dos estudos de viabilidade

Item cumprido.

Evidências

- Relatório de Informações Preliminares;
- Parecer Técnico de viabilidade construtiva;
- Relatório de Sondagem.

2.4. Verificação da aprovação do projeto perante os órgãos públicos competentes

O Tribunal Regional apresentou cópia do Protocolo de entrada para análise do projeto n.º 76.459/2016, emitido pela Prefeitura Municipal de Macaé, em 30/9/2016.

Também encaminhou cópia dos Carimbos de Aprovação do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico pelo Corpo de Bombeiros Militar, de 13/12/2016.

Todavia, não foram apresentados comprovantes de aprovação dos projetos de instalações prediais em suas respectivas concessionárias.

Conclusão da verificação da aprovação do projeto perante os órgãos públicos competentes

Item parcialmente cumprido.

Evidências

- Protocolo de entrada de projeto para análise na Prefeitura Municipal de n.º 76.459/2016;
- Projeto com carimbo de Aprovação pelo Corpo de Bombeiros



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Militar, de 13/12/2016.

Proposta de encaminhamento

Determinar ao TRT da 1ª Região que:

- somente inicie a execução após a expedição do Alvará de Construção pela Prefeitura Municipal (item 2.4);
- providencie a aprovação dos projetos de instalações prediais pelas concessionárias, em especial o de instalações elétricas (item 2.4).

2.5. Verificação das planilhas orçamentárias

2.5.1. Existência de ART ou RRT

Define-se Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), como documento que determina, para efeitos legais, os responsáveis técnicos por determinado trabalho de arquitetura/engenharia.

Para a obra de Macaé, o Tribunal Regional apresentou cópia da ART n.º 2020180190799 de elaboração da planilha orçamentária, em nome do profissional Paulo Henrique Lemos Araújo.

2.5.2. Detalhamento da composição do BDI

Verificou-se que o Tribunal Regional encaminhou, para o projeto em análise, a composição do BDI (Bônus de Despesas Indiretas) com as parcelas que de fato devam constituí-lo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Tabela 2 - Comparação com o BDI referencial proposto no Acórdão TCU 2.622/2013

Composição do BDI		Referencial (Acórdão TCU 2.622/2013)	BDI adotado pelo TRT	Condição (atende/não atende)
Administração Central		4,00	3,00	atende
Seguro + Garantia		0,80	0,80	atende
Risco		1,27	0,97	atende
Despesas Financeiras		1,23	1,00	atende
Lucro		7,40	6,16	atende
Tributos	ISSQN*		1,000	atende
	PIS	0,65	0,65	atende
	COFINS	3,00	3,00	atende
	INSS (CPRB)**	4,5	4,50	atende
			23,65	atende

* Legislação Municipal

** Lei n.º 13.161/2015 (opcional)

Tabela 3 - Comparação com o BDI diferenciado proposto no Acórdão TCU 2.622/2013

Composição do BDI		Referencial (Acórdão TCU 2.622/2013)	BDI adotado pelo TRT	Condição (atende/não atende)
Administração Central		4,00	1,50	atende
Seguro + Garantia		0,80	0,30	atende
Risco		1,27	0,56	atende
Despesas Financeiras		1,23	0,85	atende
Lucro		7,40	3,50	atende
Tributos	ISSQN*		0,000	atende
	PIS	0,65	0,65	atende
	COFINS	3,00	3,00	atende
	INSS (CPRB)**	4,5	4,50	atende
			16,32	atende

* Legislação Municipal

** Lei n.º 13.161/2015 (opcional)

2.5.3. Compatibilidade das composições com o SINAPI

Verificou-se que, para as planilhas orçamentárias do projeto em análise, nem todos os itens possuem correspondência com o SINAPI.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

A Tabela 4 indica a quantidade de itens das planilhas orçamentárias que possuem correspondência com o referido sistema de custos.

Tabela 4 - Referenciais de itens da Planilha Orçamentária

	Total de itens da planilha de orçamento	SINAPI		COMPOSIÇÃO PRÓPRIA		OUTROS	
		Quant.	Percentual	Quant.	Percentual	Quant.	Percentual
Construção do Fórum Trabalhista de Macaé	453	257	56,73%	165	36,42%	31	6,84%

Depreende-se da Tabela 4 que, do total de 453 itens, o SINAPI é utilizado como referência para 257 itens (56,73%) da planilha orçamentária da obra de Macaé.

A prática de adotar composições com base na experiência da empresa orçamentista não é absolutamente repreensível, haja vista que o SINAPI não engloba todas as composições existentes em orçamentos de obras públicas.

Assim, para a formação de posicionamento acerca da razoabilidade do custo da obra, utilizar-se-á dos testes seguintes.

2.5.4. Curva ABC

Para esta análise, foi elaborada a curva ABC¹ do orçamento da obra, de modo que ficassem evidenciados os itens que, juntos, correspondem a 80% do valor global da obra de Macaé.

Frise-se que nenhuma análise específica pôde ser feita em relação aos itens mais relevantes que não possuem correspondência com o SINAPI.

¹ A curva ABC do orçamento lista em ordem decrescente os itens da planilha orçamentária mais representativos, ou seja, os que correspondem às maiores cifras.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Dessa forma, para os itens que, segundo o Tribunal Regional, tenham valor correspondente no SINAPI, foram verificados seus custos unitários, os quais **indicaram consonância** com o referido sistema de custos.

Conclusão da verificação das planilhas orçamentárias

Item cumprido.

Evidências

- Planilha orçamentária;
- Curva ABC;
- Relatórios SINAPI.

2.6. Verificação da razoabilidade de custos

As análises dos custos das obras no âmbito do Judiciário Trabalhista têm por base o disposto na literatura técnica especializada, os princípios norteadores da Administração Pública - notadamente os da razoabilidade, moralidade e eficiência - e também as disposições de três normativos: a Resolução CSJT n.º 70/2010, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Decreto n.º 7.983/2013.

Dessa forma, para a avaliação do custo do metro quadrado do projeto ora analisado, esta Coordenadoria, tendo por base conceitos e estudos dispostos em literatura técnica reconhecida, aplicou diversos métodos de exame.

Cada método, individualmente, não é suficiente para opinar acerca da razoabilidade do custo de uma obra. Nesse sentido, com o resultado de vários métodos aplicados em



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

conjunto, torna-se possível opinar conclusivamente quanto à aprovação ou não do empreendimento.

Os resultados obtidos a partir da aplicação de tais métodos e as respectivas conclusões da equipe serão apresentados a seguir. A descrição dos métodos, com a metodologia empregada em cada um, encontra-se como anexo deste parecer.

Informe-se que os valores das obras encontram-se atualizados pelo SINAPI até 1º/7/2018.

2.6.1. Método da comparação dos custos

Por este método, comparou-se o custo do metro quadrado da obra analisada com o valor médio do custo por metro quadrado de projetos similares do Judiciário Trabalhista que já tiveram parecer desta Coordenadoria pela sua aprovação.

Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 5:

Tabela 3 - Resultados do Método da Comparação dos Custos

Projeto analisado	Custo por metro quadrado atualizado		Valor médio do custo por metro quadrado de outras obras que tiveram parecer favorável da CCAUD		Diferença percentual (aproximada)	
	Pelo SINAPI	Pelo CUB	SINAPI	CUB	SINAPI	CUB
Construção do Fórum Trabalhista de Macaé	R\$ 1.995,44	R\$ 1.994,69	R\$ 2.166,89	R\$ 2.125,64	-7,91%	-6,16%

Da análise da Tabela 5, verifica-se que o projeto de Macaé, ao ser comparado com outros projetos que tiveram parecer por sua aprovação por esta Coordenadoria, apresenta custo por metro quadrado abaixo dos parâmetros de razoabilidade.

- Inferior em relação ao SINAPI (-7,91%);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- Inferior em relação ao CUB (-6,16%).

2.6.2. Método percentual da avaliação, por etapa, dos custos da obra

O objetivo deste método é o de indicar indícios de sobrepreços pontuais, avaliando as etapas em relação ao custo da própria obra analisada.

Por exemplo, se o peso percentual do valor da estrutura fosse de 50% da obra analisada, poderia se estar diante um indício de erro, pois o valor médio dessa etapa nos demais projetos é de 20%, aproximadamente.

Todavia, isso não quer dizer que as demais etapas, mesmo que tenham percentuais inferiores ou próximos à média das etapas de outros projetos, tenham preços razoáveis, pois, como destacado anteriormente, essa análise percentual é feita em relação ao preço da própria obra.

A Tabela 6 apresenta os percentuais das etapas do projeto analisado comparados aos índices médios das etapas de outros projetos similares da Justiça do Trabalho:

Tabela 4 - Comparação percentual por etapa

Projeto	Estrutura/ Estrutura metálica	Cobertura	Piso	Paredes	Vidraçaria e esquadrias	Instalações elétricas e SPDA	Instalações contra incêndio	Instalações hidráulicas	Instalações de telecomunicações	Instalações de ar condicionado/ climatização
Construção do Fórum Trabalhista de Macaé	14,8%	4,1%	3,2%	3,8%	3,3%	5,3%	0,1%	5,6%	0,9%	5,9%
Valor médio de obras consideradas razoáveis pela CCAUD	17,3%	3,8%	5,8%	4,5%	5,6%	8,0%	1,5%	2,7%	2,8%	8,8%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Por este método, constatou-se que o projeto de Macaé prevê, em relação ao seu custo total, a destinação de recursos para Cobertura e Instalações Hidráulicas em patamar superior à média de outros projetos analisados por esta Coordenadoria.

Essas etapas, com patamar superior a média, têm como base a estrutura metálica de suporte do telhado, na etapa de Cobertura, e a quantidade de instalações sanitárias superiores ao mínimo estabelecido na legislação municipal, que preconiza a proporção de 1 vaso/ 1 lavatório por cada 80m² de área útil, na etapa de instalações hidráulicas.

Ressalte-se que a definição final sobre se a etapa possui ou não indicativo de sobrepreço ou opção por sistema construtivo mais sofisticado é dada pelo "método da avaliação de custos por metro quadrado de cada etapa da obra" - item seguinte.

2.6.3. Método da avaliação de custos por metro quadrado de cada etapa da obra

Por este método, considera-se o custo de cada etapa da obra em relação à área total equivalente prevista para a obra. Assim, obtém-se a repercussão do custo de cada etapa em relação ao metro quadrado da obra.

O valor obtido para cada projeto analisado por este método foi comparado ao valor obtido na análise de outros fóruns do trabalho que já tiveram parecer favorável desta Coordenadoria.

Os resultados são apresentados na Tabela 7:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**Tabela 5 - Valor do metro quadrado do serviço executado por etapa da obra -
Atualização pelo SINAPI**

Projeto	Estrutura/ estrutura metálica (R\$)	Cobertura (R\$)	Piso (R\$)	Paredes (R\$)	Vidraçaria e esquadrias (R\$)	Instalações elétricas e SPDA (R\$)	Instalações contra incêndio (R\$)	Instalações hidráulicas (R\$)	Instalações de telecomunicações (R\$)	Instalações de ar condicionado/ climatização (R\$)
Valor médio de obras consideradas razoáveis pela CCAUD	362,86	65,94	119,54	90,21	115,98	168,95	32,87	53,13	58,93	209,07
Construção do Fórum Trabalhista de Macaé	295,39	81,84	63,79	76,70	66,61	104,78	1,48	112,61	18,21	116,77
Diferença percentual	-19%	24%	-47%	-15%	-43%	-38%	-95%	112%	-69%	-44%
Etapa com custo acima da média em mais de 10%		X						X		
MÉDIA PONDERADA DAS ETAPAS									-26,56%	

De acordo com a Tabela 7, verifica-se que as etapas de Cobertura e Instalações Hidráulicas, assim como no item anterior, apresentam custo por metro quadrado em patamar superior a outros projetos examinados por esta Coordenadoria.

De todo modo, ao considerar a média ponderada dos valores do metro quadrado das etapas enunciadas na Tabela 7, o projeto de Macaé apresenta-se 26,56% inferior ao valor médio de obras congêneres do Judiciário Trabalhista consideradas razoáveis por esta Coordenadoria.

2.6.4. Método da proporção

Por este método, verifica-se a proporção do custo por metro quadrado da obra analisada em relação ao custo por metro quadrado do SINAPI e do CUB regional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 8:

Tabela 6 - Resultados do Método da Proporção

	Custo do m² da obra/SINAPI Regional	Custo do m² da obra/CUB Regional
Valor médio - obras consideradas razoáveis pela CCAUD	1,9599	1,4722
Construção do Fórum Trabalhista de Macaé	1,6316	1,3472
Diferença percentual	-16,75%	-8,49%

Por este método, observa-se que a proporção de custo por metro quadrado do projeto de Macaé em relação ao SINAPI encontra-se em patamar inferior (-16,75%) do valor considerado razoável por esta Coordenadoria. Ao tomar como base o valor do CUB Regional, verificou-se que o valor calculado apresenta custo inferior (-8,49%) ao valor considerado razoável por esta Coordenadoria.

2.6.5. Método do SINAPI ajustado

O SINAPI não contempla os custos de todos os itens envolvidos em uma edificação de obra pública.

Assim, para se comparar o orçamento de uma obra pública com os valores listados no SINAPI, há a necessidade de suprimir da planilha orçamentária os itens não previstos neste sistema.

Outro ajuste a ser realizado se refere aos denominados itens especiais. Esses itens existem no SINAPI em padrão inferior ao constante da planilha orçamentária. Sendo assim, faz-se necessária, também, a retirada desses itens, tanto do SINAPI regional quanto do orçamento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Nesses termos, comparando-se o valor do metro quadrado do projeto em análise, devidamente ajustado, em relação ao valor do SINAPI regional, também ajustado, foram obtidos os seguintes resultados:

Tabela 7 - Resultados do Método do SINAPI ajustado

	Valor do metro quadrado da obra ajustado (R\$)	Valor do SINAPI ajustado (R\$)	Diferença percentual (aproximada)
Construção do Fórum Trabalhista de Macaé	1.159,16	1.143,04	1,41%

O método do SINAPI ajustado não indica existência de custo elevado no projeto de Construção do Fórum Trabalhista de Macaé.

2.6.6. Método do CUB ajustado

Seguindo o mesmo raciocínio do método anterior, para se comparar o orçamento de uma obra pública com os valores listados no CUB, há a necessidade de suprimir da planilha orçamentária os itens não previstos no sistema em questão, haja vista que, como o SINAPI, o CUB também não contempla todos os itens envolvidos em uma edificação de obra pública.

Novamente, os itens denominados especiais devem ser ajustados. Esses itens existem no CUB em padrão inferior ao constante da planilha orçamentária. Sendo assim, faz-se necessária a retirada desses itens, tanto do CUB regional quanto do orçamento.

Após os procedimentos supramencionados, os resultados são apresentados na Tabela 10.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Tabela 8 - Resultados do Método do CUB ajustado

	Valor do metro quadrado da obra ajustado (R\$)	Valor do CUB ajustado (R\$)	Diferença percentual (aproximada)
Construção do Fórum Trabalhista de Macaé	1.159,16	1.467,07	-16,26%

O método do CUB ajustado não indica existência de custo elevado no projeto em análise.

Resumo da análise da razoabilidade de custos

Na Tabela 11 é apresentado o resumo dos métodos aplicados para cálculo da razoabilidade do custo da obra:

Tabela 9 - Resumo dos Métodos

Método	Indicativo de elevação de preços
Método da comparação de custos: SINAPI	-7,91%
Método da comparação de custos: CUB	-6,16%
Método da comparação de custos por metro quadrado de cada etapa	-26,56%
Método da Proporção: SINAPI	-16,75%
Método da Proporção: CUB	-8,49%
Método do SINAPI ajustado	1,41%
Método do CUB ajustado	-16,26%
Média dos Métodos	-11,53%

Ao tomar a média dos métodos de verificação de razoabilidade apresentada acima e compará-la com outros projetos que tiveram parecer favorável desta Coordenadoria, constata-se que o projeto analisado não apresenta indícios de sobrepreços.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Diante do exposto, esta Coordenadoria entende **ser razoável** o custo apresentado pelo Tribunal Regional acerca do empreendimento em questão.

Conclusão da verificação da razoabilidade de custos

Item cumprido.

Evidências

- Planilha orçamentária;
- Análise segundo os métodos de razoabilidade de custos.

2.7. Verificação da divulgação das informações

Não há no site, no campo destinado a divulgação de informações sobre obras, dados a respeito da obra de construção do Fórum Trabalhista de Macaé. Há, no momento, na parte destinada a licitações, informações sobre a Concorrência 03/2018, destinada à contratação de empresa para a execução da obra.

Na inspeção do sítio eletrônico do Tribunal Regional, esta Coordenadoria constatou que as informações das demais obras até então disponibilizadas estão apresentados de forma intuitiva, simples e organizada.

Entretanto, há espaço para aprimorar a transparência quanto à disponibilização de informações mais detalhadas sobre a obra, como editais, contratos e termos aditivos, nota de empenho, execução financeira e as plantas de *layout*.

Conclusão da verificação da divulgação das informações

Item em cumprimento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Evidências

- Verificação sítio eletrônico do Tribunal Regional em 20/11/2018.

Proposta de encaminhamento

Determinar ao TRT da 1ª Região que:

- publique no portal eletrônico do Tribunal Regional os dados do projeto e suas alterações, o alvará licença para construção, os principais procedimentos e documentos licitatórios e contratuais, os relatórios de medições, de pagamentos e de auditoria, bem como eventuais interrupções ou atrasos no cronograma da obra, comunicando-os imediatamente à Presidência do CSJT, na forma do art. 42 da Resolução CSJT n.º 70/2010 (item 2.7).

2.8. Verificação das áreas e da sua adequação aos referenciais dispostos na Resolução CSJT n.º 70/2010

A cidade de Macaé possui hoje três Varas do Trabalho, com o seguinte histórico de movimentação processual:

Tabela 10 - Movimentação processual

Vara do Trabalho	Número de processos recebidos		
	2015	2016	2017
1ª Vara	2685	2682	2768
2ª Vara	2708	2753	2837
3ª Vara	5317	2744	2752
Média	3570	2726	2785
Total	10710	8179	8357



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Resumidamente, o projeto em análise foi elaborado para abrigar três varas do trabalho, uma sala para OAB, DINAP e treinamento e áreas técnicas e serviços.

A Tabela 13 apresenta a comparação das áreas projetadas pelo Tribunal Regional com os limites fixados pela Resolução CSJT n.º 70/2010:

Tabela 11 - Comparação das áreas projetadas pelo Regional com o definido na Resolução CSJT n.º 70/2010

Ambientes	Áreas Máximas Res. CSJT n.º 70 (m ²)	n.º de servidores/ assessores/ oficiais de justiça	Referenciais Máximos	Áreas do Projeto (m ²)	Diferença a maior (m ²)
Gabinete de desembargador	35,00	-	35,00	-	-
Gabinete de Juiz	30,00	-	30,00	20,59	-
WC privativo de Magistrado	2,5 (+20%)	-	3,00	3,02	0,02
Sala de Audiência	35 (+20%)	-	42,00	36,36	-
Assessoria	12,5 por assessor	13	162,15	80,15	-
Oficiais de Justiça	4 a 6 por oficial, salvo quando houver a central de mandados	0	0		-
OAB	15,00	-	15,00	18,48	3,48
Sala de Advogados	15,00	-	15,00		-
Ministério Público	15,00	-	15,00		-
Defensoria Pública	15,00	-	15,00		-
Secretaria	7,5 por servidor	9	67,50	54,73	-
Distribuição	7,5 por servidor	0	0		-
Administração	7,5 por servidor	0	0		-
Sala de Sessões	150,00	-	150,00		-
				Total	3,50

Assim, diante da diferença não significativa entre as áreas projetadas pelo Tribunal Regional e o estabelecido no ANEXO I da Resolução CSJT n.º 70/2010, bem como da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

apresentação de justificativas para os ambientes não definidos, consideram-se respeitados os limites.

Conclusão da verificação das áreas e da sua adequação aos referenciais dispostos na Resolução CSJT n.º 70/2010

Item cumprido.

Evidências

- Projeto arquitetônico.

2.9. Verificação do parecer da unidade de controle interno

A Unidade de Controle Interno do Tribunal Regional encaminhou parecer conclusivo pela adequação do projeto à Resolução CSJT n.º 70/2010.

Conclusão da verificação da existência de parecer da unidade de controle interno

Item cumprido.

Evidências

- Parecer da Unidade de Controle Interno.

3. CONCLUSÃO

Observa-se que, dos nove tópicos objeto deste parecer, 5 foram cumpridos, 3 foram parcialmente cumprido e 1 está em cumprimento, conforme quadro abaixo:

GRAU DE CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO CSJT N.º 70/2010 E LEGISLAÇÃO CORRELATA					
Itens deste parecer	Cumprida	Em cumprimento	Parcialmente cumprida	Não cumprida	Não aplicável
1) Processo de planejamento			x		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2) Regularidade do terreno			x		
3) Estudos de viabilidade	x				
4) Aprovação junto aos órgãos públicos competentes			x		
5) Planilhas orçamentárias	x				
6) Razoabilidade de custos	x				
7) Divulgação das informações		x			
8) Áreas e sua adequação aos referencias dispostos na Resolução	x				
9) Parecer da unidade de controle interno	x				
TOTAL	5	1	3		

Tendo em vista a análise efetuada, constatou-se que o projeto de Construção do Fórum Trabalhista de Macaé (RJ) atende aos critérios previstos na Resolução CSJT n.º 70/2010, conforme planilhas orçamentárias apresentadas pelo Tribunal Regional **(R\$ 4.140.573,22)**.

Ressalva-se, contudo, a necessidade de o Tribunal Regional implementar gestão de risco com relação à execução do projeto de construção do Fórum Trabalhista de Macaé; regularizar a situação do terreno quanto ao prazo para a edificação; obter a aprovação dos projetos de instalações prediais pelas concessionárias; e aprimorar a divulgação de informações do projeto no sítio eletrônico.

4. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Por essa razão, opina-se ao CSJT **pela aprovação** da execução da obra, com proposta de determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região a adoção das seguintes providências:

4.1. adote uma gestão de riscos para a execução do projeto de construção do Fórum Trabalhista de Macaé, considerando os aspectos orçamentário-financeiros à luz da Emenda Constitucional n.º 95/2016 e os técnico-operacionais



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- relativos à arquitetura e engenharia (Item 2.1);
- 4.2. regularize a situação do terreno perante o Poder Legislativo Municipal, visando à dilação do prazo para a edificação previsto na Lei n.º 4.079/2014 (item 2.2);
- 4.3. somente inicie a execução após a expedição do Alvará de Construção pela Prefeitura Municipal (item 2.4);
- 4.4. providencie a aprovação dos projetos de instalações prediais pelas concessionárias, em especial o de instalações elétricas (item 2.4);
- 4.5. publique no portal eletrônico do Tribunal Regional os dados do projeto e suas alterações, o alvará de licença para construção, os principais procedimentos e documentos licitatórios e contratuais, os relatórios de medições, de pagamentos e de auditoria, bem como eventuais interrupções ou atrasos no cronograma da obra, comunicando-os imediatamente à Presidência do CSJT, na forma do art. 42 da Resolução CSJT n.º 70/2010 (item 2.7).

Brasília, 20 de novembro de 2018.

Eng. Civil CARLOS VICENTE F. R. DE OLIVEIRA

Assistente da Seção de Auditoria de Gestão de Obras
SAGOB/CCAUD/CSJT

RILSON RAMOS DE LIMA

Chefe da Divisão de Auditoria
DIAUD/CCAUD/CSJT

GILVAN NOGUEIRA DO NASCIMENTO

Coordenador de Controle e Auditoria
CCAUD/CSJT



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO